



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		1
<b>Ata n.º 1</b>	<b>Reunião extraordinária de 13.02.2015</b>	

**ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÓBIDOS, REALIZADA NO DIA 13 DE FEVEREIRO DE 2015**

--- Aos treze dias do mês de fevereiro de dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, na Escola Básica e Secundária Josefa de Óbidos, na Rua Antiga Estrada Real, S/N, Óbidos, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal do Concelho de Óbidos, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

**Ponto 1. - Intervenção do público;**-----

**Ponto 2. - Educação – Escola para o futuro - Apresentação e Análise da Minuta do CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - CONTRATO DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO MUNICIPAL, Anexo 2 - Matriz de Responsabilidades.**-----

**• Participação de especialistas:** -----

--- Professor da Universidade Católica do Porto, Prof. Doutor Valdemar Castro Almeida-----

--O senhor Presidente da Assembleia Municipal fez uma saudação a todos os presentes, tendo passado a palavra à segunda secretária Ana Margarida Reis que fez a chamada.---

--- Presenças - Telmo Henrique Correia Daniel Faria, José Rodrigues Machado, Fernando Jorge Sousa e Silva, Anabela Blanc Capinha Corado, Ana Margarida da Mata Antunes Marques Reis, Maria Cristina Fernandes Rodrigues, José Luís Rocha de Oliveira, Albino Agostinho de Sousa, , Sílvia Maurício Correia, Anabela Braga Adónis, Ana Catarina Brás de Carvalho, Ricardo Miguel Pereira Duque, Luís Miguel Gonçalves de Oliveira, João Paulo de Oliveira Cardoso, Dina Fernanda Pereira Vieira, Joana dos Santos Silva Machado, João Carlos Marques Costa, Heitor Carvalho da Conceição, José Manuel Ferreira Simões, Luís José do Coito Ribeiro, Hélder José Mineiro Mesquita, João Paulo Herculano Rodrigues, Evaristo Ferreira Ribeiro, e Joaquim dos Santos Martins.-----

---Substituições - O Deputado Francisco Lage Raposo Brás Teixeira fez-se substituir pelo Deputado João António Sousa Veludo; o Deputado Jorge Joaquim Madeira Veloso e o Deputado Custódio de Sousa Santos foram substituídos pela deputada Laura Ferreira e José Rui Raposo, respetivamente -----

---Quórum – Vinte e oito presenças.-----

---Faltas/ausências – Miguel Ângelo Pires Trindade Silvestre, Francisco Lage Raposo Brás Teixeira; Jorge Joaquim Madeira Veloso, Dina Vieira e Custódio de Sousa Santos.---

---Registou-se ainda a presença do Presidente da Câmara Municipal, Humberto da Silva Marques e dos Vereadores: Bernardo José Fernandes Rodrigues, Pedro José de Barros Félix, Telmo de Sousa Félix, Celeste Maria Ferreirinho Afonso, Ana Maria Ramos de Sousa e José Carlos Ribeiro Capinha.-----

---Antes de dar início à ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal Telmo Faria, informou os presentes de alguns pressupostos e algumas das regras regimentais da Assembleia Municipal e, dado o teor do assunto em questão e, com a anuência e concordância de todos, o mesmo iria ser enquadrado primeiramente e posteriormente posto à discussão de todos, respeitando assim a ordem de trabalhos e o estabelecido no Regimento. -----

Ainda antes de passar a palavra ao senhor professor Valdemar Castro Almeida aproveitou a ocasião para se dirigir ao público em geral mencionando que a Assembleia Municipal pode funcionar como um veículo de verdadeira democracia participativa, funcionando como um canal que permite a participação da população, neste assunto específico e havendo naturalmente muitos medos, estando ele certo que irá ser feita uma caminhada histórica no sentido do município de Óbidos procurar construir uma melhor escola pública.-----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>	2
<b>Ata n.º 1</b>	<b>Reunião extraordinária de 13.02.2015</b>

Referiu que o mesmo deve ser feito de uma forma muito participativa pois deu-se início a um processo de mudança, sendo estes assuntos, de preocupação nacional, elogiando o senhor Presidente da Câmara, pela coragem política de estar a abraçar um assunto altamente complexo, e por ter dado continuidade a este processo. -----

---Tomou a palavra o senhor Professor Valdemar Castro Almeida após ter sido feita uma breve apresentação do percurso profissional do orador convidado por parte do senhor presidente da mesa.-----

---O senhor Professor, saudou todos os presentes e destacou a afluência muito significativa, e que esta iniciativa de tratar este assunto na Assembleia Municipal merece todo o reconhecimento.-----

Esclareceu que foram convidados para apoiar técnica e cientificamente um projeto educativo para Óbidos, tendo efetuado uma apresentação com dezasseis diapositivos sobre o tema principal em questão intitulada "**O PROGRAMA APROXIMAR EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DO PROJETO EDUCATIVO MUNICIPAL DE ÓBIDOS**".-----

---O Presidente Assembleia Municipal deu início a Ordem de Trabalhos:-----

----- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

--- **PONTO UM – Intervenção do público**-----

---O presidente da mesa tomou a palavra após o fim da apresentação, tendo feito ainda uma saudação especial ao professor José Manuel Nascimento, Presidente da Comissão Administrativa Provisória (CAP) do Agrupamento de Escolas Josefa de Óbidos e ao professor Artur Oliveira, novo diretor eleito do Agrupamento de Escolas Josefa de Óbidos, passando – se de seguida à intervenção do público.-----

Pediu a palavra o professor Manuel Micaelo do Sindicato de Professores de Lisboa e membro da Direcção Regional do Oeste, agradecendo o convite, tendo demonstrado a sua preocupação acerca do tempo e do modo como este assunto está a ser tratado, nomeadamente pelo facto de ser numa altura em que o governo está em final de mandato e, do secretismo como tem sido feito. Questionou ainda sobre o número de câmaras municipais neste projeto e abordou a questão relacionada com o acesso a toda a documentação, pois considera que é essencial para discutir e debater e que, só assim se consegue formar uma opinião. Esclareceu que o sindicato dos professores da grande Lisboa e a FENPROF são a favor da descentralização da administração educativa mas não a favor da municipalização, devendo haver um debate público para se poder aprofundar mais este assunto. São da opinião que este caminho pode potenciar o acentuar das assimetrias entre as escolas de diferentes municípios e a desresponsabilização do estado pelo financiamento da educação pública receando que no desenvolvimento deste processo com grave prejuízo na igualdade de oportunidades e na qualidade do ensino.-----

Demonstrou ainda a sua preocupação pelas questões pedagógicas e de organização, pois as câmaras que aceitarem este desafio vão ter muitas dificuldades a nível financeiro, tendo terminado a sua intervenção dando a entender que escolas, alunos, docentes e câmaras municipais nada têm a ganhar.-----

--- Tomou a palavra a senhora Olga Prada, na qualidade de munícipe, tendo questionado acerca dos currículos disciplinares, avaliação pedagógica e como será avaliada a melhoria dos resultados escolares deste modelo municipal.-----

---Tomou a palavra o senhor professor Artur Oliveira, agradecendo as palavras que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal lhe dirigiu inicialmente e felicitar o senhor Presidente da Câmara e a senhora Vereadora Celeste Afonso pela coragem em abraçar esta causa. Mencionou ainda o facto de ter sido convidado para a discussão pública deste projeto tendo verificado que havia representantes de outros órgãos do Agrupamento e adequação que possibilita à realidade de cada concelho em termos de



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		3
<b>Ata n.º 1</b>	<b>Reunião extraordinária de 13.02.2015</b>	

decisão, dando como exemplo, na constituição de turmas. Pois quando é feita pelo Conselho Municipal de Educação é do seu entender que há uma sensibilidade maior para atender às características de cada grupo.-----

---Pedi a palavra o senhor Ricardo Paulo, na qualidade de professor, e questionou se é fundamental para o sucesso do projeto, o município ter a responsabilidade da contratação dos professores, bem como a quem caberá a gestão de recursos humanos.--

---Não havendo mais questões o senhor presidente da mesa passou a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Eng.º Humberto Marques.-----

---O senhor Presidente da Câmara Municipal cumprimentou todo o auditório e começou por esclarecer que não pretende fazer uma intervenção muito detalhada sobre a questão da educação, esclarecendo que esta reunião tem como objetivo criar e ativar mais informação e, que assim todos tivessem a possibilidade de ter acesso à mesma.-----

Agradeceu a presença do professor Micaelo, mencionando que foram efectuadas reuniões com todos os atores e foram pedidos contributos, tendo o processo sido “aberto” refutando em absoluto sobre o secretismo como foi feito, pois considera que este foi um exemplo de participação democrática.-----

Dirigindo-se ainda ao professor Micaelo, referiu que lhe foi passada muita informação e que lhe pediu ajuda nesta negociação.-----

Deu conta de quais seriam as motivações do executivo, tendo feito uma trajetória na linha da requalificação dos edifícios mas que a educação ainda precisava de mais investimento e de mais capacidade de decisão, tendo aproveitado para agradecer as palavras do Presidente da Assembleia Municipal.-----

Ressalvou que se deve centrar a educação no aluno e não nos alunos padronizados em defesa da inclusão dos alunos.-----

Esclareceu ainda que do ponto de vista financeiro é uma matéria sujeita a grandes alterações.-----

---O senhor professor Valdemar Almeida, esclareceu que se está a falar de uma dezena de municípios, sendo esta uma experiência piloto, não sendo neste momento, na sua opinião, uma preocupação nacional dando razão acerca do secretismo mas a nível nacional pois nos municípios tem sido amplamente discutido.-----

Esclareceu ainda que falou acerca de resultados educativos e não de resultados escolares, projeto educativo para poder em conjunto fazer mais e melhor aproveitando a oportunidade. Caso não haja o acompanhamento necessário, havendo potencialidades também há ameaças, é importante que numa negociação se possam prevenir alguns aspetos que podem vir a constituir no futuro ameaças.-----

Esclareceu que não concorda com a expressão “municipalização” neste projeto pois a municipalização da educação implicaria a tutela do município sobre as escolas, o que não existe, existe sim uma área mais aberta que será centrada no Conselho Municipal da Educação, passando assim competências dos serviços centrais para o município.-----

Em relação ao aumento das assimetrias entre diferentes municípios, e se a experiência tiver bons resultados, poderá ser gradualmente estendida a outros municípios, podendo a população vir a beneficiar dessas mais-valias. Em relação aos currículos, e da passagem dos currículos para os municípios, esclarece que só abrange uma componente do currículo, os projetos locais, pois o currículo continuará a ser igual para todos os alunos, não havendo qualquer problema. -----

Relativamente à questão da contratação de professores, esclareceu que só podem vir a ser contratados pelo município caso não os houver nas escolas.-----

---Pedi a palavra a senhora Vanda Ribeiro, na qualidade de mãe de duas crianças que frequentam o ensino no concelho de Óbidos, tendo colocado questões relacionadas com a motivação, nomeadamente sobre as medidas que estão a pensar tomar para motivar os professores para abraçar este projeto e, sendo este um projeto piloto de quatro anos,



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		4
<b>Ata n.º 1</b>	<b>Reunião extraordinária de 13.02.2015</b>	

quais serão as consequências para as crianças se os resultados não forem os esperados.-----

---Pedi a palavra o senhor Ricardo Santos, na qualidade de pai, elogiou o arrojo e empreendedorismo das últimas equipas municipais, contudo não acredita que haja 25% do currículo a ser gerido localmente. Questionou de seguida os responsáveis municipais sobre de que forma e até onde é que se espera gerir estes 25% do currículo e sobre a possibilidade de cortar ou diminuir no currículo nacional, referindo-se ainda acerca das suas expectativas em relação às opções do ensino secundário. Abordou ainda questões sobre a avaliação do projeto, do financiamento, nomeadamente sobre a poupança com os recursos educativos, o que pode incluir ambigualmente os recursos docentes, salvaguardando que acredita que haja um reforço do que se chama os envelopes financeiros que são transferidos da administração central, referindo que parte do investimento poderá ser canalizado para ajudar os pais a serem melhores pais, pois, no contexto atual, estes não conseguem acompanhar devido ao exigente processo formativo dos seus educandos. Por último, questionou se iria existir alguma gratificação aos membros do Conselho Municipal de Educação (CME).-----

---Tomou a palavra a Professora Ângela Oliveira, professora do Agrupamento, respondendo ao senhor Ricardo Santos, e como membro do Conselho Geral esclareceu que é gratificada com trabalho, respondeu também à senhora Vanda Ribeiro acerca da preocupação e avaliação do projeto piloto, esclarecendo que passou por inúmeras reformas educativas que nunca foram avaliadas nem discutidas, pelo que a avaliação do projeto no seu entender parece-lhe correta.-----

---Tomou a palavra o senhor Professor Micaelo esclarecendo que não pretende ofender ninguém, tendo corrido o risco de ser mal interpretado, e que, as considerações tecidas foram genéricas à exceção, do acesso à documentação em causa.-----

---O senhor Presidente da Câmara Municipal iniciou a sua intervenção, respondendo às questões da encarregada de educação Vanda Ribeiro, dizendo que a melhor maneira de motivar todos os atores, não passa pela atribuição de prémios de desempenho, aproveitando para esclarecer que estes mantêm o vínculo contratual com o ministério da educação, sendo o seu vencimento processado pelo Ministério da Educação. Salientou que a melhor forma de motivação é incluir os professores neste processo de construção.- Quanto aos resultados esperados, se há dúvidas é porque há dúvidas sobre os professores, e que nestas condições são capazes de obter melhores resultados, e mais eficazes, não colocando sequer essa hipótese.-----

Salientou ainda que resultados educativos e rankings nacionais não são de todo iguais, devendo o ranking ser considerado um mero indicador, apesar de reconhecer que são importantes. Em relação à avaliação do projeto, referiu que a mesma vai ser contínua havendo metas estabelecidas por uma comissão de avaliação permanente, havendo um órgão de gestão permanente que emana do CME que fará essa agilização.-----

Houve dificuldades nesta negociação e lamenta não ter sido mais rápido. Relativamente aos 25% bem como a contratação de professores, persiste uma ideia errada, pois primeiramente tem de se verificar se existem recursos do pessoal docente, esclarecendo que as escolas com contratos de autonomia sempre tiveram a possibilidade de gestão dos 25% do currículo nacional, reiterando que pretende respeitar o currículo nacional a 100%.-----

Acrescentou de seguida que, havendo sempre a possibilidade de se fazer poupanças, salientou que se deverá ter mecanismos a nível de fundos comunitários que permitam aos municípios alguma abertura para se poder financiar aos programas de formação e capacitação existentes, abrangendo todos os atores deste processos, nomeadamente pais, professores, animadores, pessoal não docente. Reiterou de seguida que a corresponsabilização é o modelo a adoptar e não municipalização.-----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>	5
<b>Ata n.º 1</b>	<b>Reunião extraordinária de 13.02.2015</b>

---Tomou a palavra a senhora Isabel Cunha, formadora e na qualidade de mãe e munícipe afirmando de que pela expressão dos intervenientes entendeu que o projeto está assente num modelo baseado nas competências e questionou de que forma o governo/ministério dotará o município de autonomia suficiente para poder transversalizar essas competências com o currículo nacional.-----

---Tomou a palavra a senhora professora Ângela Oliveira, salientando o facto de, e sendo, o currículo para cumprir a 100%, parte-se do princípio que os 25% serão acrescentados.-----

---Tomou a palavra o senhor Professor Valdemar Costa, referindo que o processo tem de ser continuamente participado, no sentido de construir de forma ativa e concreta este projeto educativo.-----

---Não havendo mais intervenções, o senhor presidente da mesa passou ao ponto nº 2 da ordem de trabalhos.-----

**— PONTO DOIS - Educação – Escola para o futuro - Apresentação e Análise da Minuta do CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - CONTRATO DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO MUNICIPAL, Anexo 2 - Matriz de Responsabilidades.**-----

---Tomou a palavra a senhora Deputada Cristina Rodrigues, sendo a sua primeira palavra de regozijo por estar a discutir o tema da Educação no Concelho de Óbidos, pois já há bastante tempo e por diversas vezes foi solicitado, nesta sede e na Câmara Municipal, informação acerca do processo em curso de descentralização de competências e até agora não obtiveram elementos que lhes permitissem refletir e participar nesta discussão.-----

Com esta intervenção a senhora Deputada pretendeu assinalar três pontos, nomeadamente que é a favor da descentralização de competências, no plano político e filosófico, não só na Educação, como em outros sectores da vida pública. Considera que quanto mais próxima estiver das populações a gestão e administração da “coisa pública” melhor, no plano dos serviços prestados quer no plano da utilização dos recursos, estando de acordo com os princípios, ressalvando no entanto que tem muitas dúvidas.----

Abordou algumas questões em torno da descentralização e do modo como deverá ser feita, ou seja, que esta envolva todos os parceiros locais com a participação efetiva das escolas, dos pais, dos cidadãos, das entidades locais, associativas, económicas e culturais.-----

A senhora Deputada levantou algumas questões acerca do Conselho Municipal de Educação, nomeadamente se vai ser alterada a lei que regula esta matéria e caso o CME funcione, pensa que as atribuições que lhe são cometidas, nomeadamente em matéria curricular, estão bem, contudo, interrogando-se sobre a sua natureza e funcionamento. ---

Referiu-se ainda à questão do financiamento, e ao facto de não lhes ter sido disponibilizado o anexo relativo às questões financeiras. Alertou que mesmo que fiquem consagradas corretamente todas as cláusulas necessárias, se corre o risco de o Estado central se esquecer dos compromissos assumidos e que os poderes centrais raramente respeitam, nos anos seguintes, os acordos de descentralização celebrados com os atores locais. -----

Terminou a sua intervenção, saudando o novo Diretor do Agrupamento de Escolas, Dr. Artur Oliveira, que tem o gosto de conhecer e respeitar há muitos anos, estando certa que será uma figura central em todo este processo, com a hombridade, justiça e imparcialidade que o caracterizam. -----

---Tomou a palavra o senhor Deputado José Machado, mencionando inicialmente que o grupo municipal do PS gostaria de analisar, com mais tempo, a apresentação feita pelo Professor Valdemar Almeida, tendo solicitado que a mesma lhe fosse enviada, por correio



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>	6
<b>Ata n.º 1</b>	<b>Reunião extraordinária de 13.02.2015</b>

eletrónico, tendo sido o pedido prontamente aceite pelo Professor Valdemar Castro Almeida.-----

Aproveitou a oportunidade para lembrar declarações recentes do Professor António Nóvoa, antigo reitor da Universidade de Lisboa, sendo que na questão dos princípios estão concordantes mas em relação à operacionalização já, não.-----

Mencionou que sempre defenderam a necessidade de implementar políticas públicas de descentralização que garantam a aproximação das decisões aos cidadãos, a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis.-----

Referiu que a proposta do contrato interadministrativo de delegação de competências que o Governo tem vindo a negociar com o Presidente da Câmara Municipal de Óbidos, parece não ter tido em conta a avaliação da implementação do Decreto-Lei nº cento e quarenta e quatro de dois mil e oito, nomeadamente em adequar a transferência do montante financeiro ao volume das competências transferidas; em clarificar, a nível do enquadramento legal, a distribuição de competências entre a autarquia e a escola, como garantia de estabilidade na execução das competências pela autarquia, pelo que, lhes parece que essas competências possam conflitar com a autonomia da escola pois, não estão devidamente delimitadas e ainda obrigam a um esforço financeiro acrescido da autarquia para o bom funcionamento da escola. -----

Referiu ainda como observações gerais que o Governo aprovou, sendo publicado no Diário da República o Decreto-Lei número Trinta barra dois mil e quinze, de doze de Fevereiro, que conflita com leis orgânicas existentes, e estando o governo em fim de mandato, terá dificuldade em aprovar na Assembleia da República ainda na sua vigência novas leis orgânicas. -----

As atribuições do Conselho Municipal de Educação são conferidas pelo Decreto Lei número sete barra dois mil e três, que não inclui um conjunto de competências que agora lhe são atribuídas, alegando que é muita coisa para pouco tempo.-----

---Alertou ainda para algumas questões tais como, o facto do Ministério pagar os funcionários previstos por lei, mas não assegurar a sua substituição temporária em caso de doença ou maternidade, e ainda sobre quem recaem os custos da implementação da componente local do currículo, e se irá o município de Óbidos aumentar os impostos e taxas para fazer face a esta nova despesa, montantes de financiamento das Atividades Extra Curriculares, quem tem assumido as competências do Conselho Municipal de Educação (CME) de Óbidos, tendo por último solicitado esclarecimentos acerca do artigo número quarenta, nomeadamente o número cinco, no que se refere à poupança nos "recursos educativos".-----

---Tomou a palavra o senhor Deputado José Luís Oliveira, cumprimentando todo o auditório, alegando que é uma pessoa muito prática e pouco teórica, retratando ainda o ensino à época dos seus tempos de escola e dos seus filhos. Salientou o facto das instalações existentes serem das melhores a nível nacional. Referiu que a auto motivação é essencial, porque só assim se conseguem criar coisas novas, mostrando a sua preocupação no futuro e nos jovens que terminam o ensino e que pretendem ingressar no mercado de trabalho pois verifica que os jovens não tem noções essenciais para ingressar nesse mercado, defendendo que deve de haver uma aproximação entre o terminus do ensino e o ingresso no mercado de trabalho. Terminou a sua intervenção dizendo que " ...todos devem de ter um pouco de loucura, sempre que controlada"-----

---O senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em exercício deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Óbidos, que ressaltou que os alunos são o elemento mais importante do centro da discussão, afirmando de seguida que a questão do momento escolhido pois estão em final de legislatura, é um debate que não constrói nada. -----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		7
<b>Ata n.º 1</b>	<b>Reunião extraordinária de 13.02.2015</b>	

O senhor Presidente da Câmara respondeu de seguida à senhora Deputada Cristina Rodrigues, dizendo que não aceita a crítica que lhe foi dirigida e que os senhores Vereadores têm tido acesso à informação sobre a matéria, tendo tido acesso à segunda versão da minuta do contrato e inclusive sobre as verbas. -----

Aproveitou a oportunidade para enaltecer que são a favor da descentralização, e que a matriz de competências foi construída com toda a comunidade. -----

O Agrupamento vai passar a ter mais competências e o desafio é gerir essas competências, nomeadamente na pessoa do Diretor do Agrupamento, apontando certas situações existentes, havendo muito mais flexibilização do que anteriormente. -----

Em relação ao CME, pretende que o mesmo seja funcional e que seja a amostra do que è a Comunidade e onde a Câmara Municipal tem apenas uma representação, não querendo instrumentalizar politicamente a escola.-----

Respondendo ao senhor Deputado José Machado, quanto à substituição do pessoal por motivo de doença, esclareceu que sempre foi o governo que assumiu os custos quanto à substituição.-----

Terminou de seguida a sua intervenção mencionando que toda a componente do contrato interadministrativo, inclusivamente a componente financeira que é para negociar com o governo, sendo certo que estarão reunidas as condições financeiras para responder a estes desafios.-----

---Tomou a palavra o senhor Vereador Bernardo Rodrigues, que esclareceu que a informação que o senhor Presidente da Câmara Municipal deu não foi correta, considerando que tenha sido um lapso de interpretação das palavras da Deputada Cristina Rodrigues, pois tudo o que foi partilhado com a vereação da oposição, foi partilhado a seu devido tempo com os membros da Assembleia Municipal do PS, tendo esclarecido que a senhora Deputada Cristina Rodrigues quis dizer que se regozijava e que foi a primeira vez que seria discutido este assunto.-----

---A Senhora Deputada Cristina Rodrigues esclareceu que se referia exactamente ao facto de ser primeira vez que foi discutido este tema em sede de Assembleia Municipal, contudo, salienta que não foi em anexo o documento relativo às questões financeiras.-----

---Tomou a palavra o senhor Deputado José Raposo, tendo cumprimentado os presentes, iniciando a sua intervenção dizendo que o que está em curso não é um qualquer processo de descentralização/municipalização mas sim de destruição das funções sociais do Estado e de políticas públicas, sendo este um modelo adotado para a transferência de competências que assenta nos contratos interadministrativos, com mecanismos de acompanhamento e de monitorização da realização da sua execução.-----

---O Senhor Deputado menciona o facto que se comprova que não se trata de nenhum processo de descentralização de competências, quanto muito de desconcentração, porque as competências continuam a ser da responsabilidade da Administração Central, neste caso do Ministério da Educação, por outro lado, constitui na sua opinião um total desrespeito pela autonomia do Poder Local Democrático. -----

Mencionou que este processo assenta e não contraria os princípios que o Governo quer impor, de redução de custos, de transferência de responsabilidades para as autarquias, entre as quais, as financeiras e progressivamente, de destruição do carácter universal, gratuito e de qualidade que a formação integral das novas gerações e o futuro do país exigem. -----

Deu por terminada a sua intervenção salientando que, sempre defenderam a descentralização por via da autonomia das escolas mas na base de regionalização do país, cuja concretização PS e PSD têm contrariado. -----

---O senhor Deputado Ricardo Duque, dirigiu-se a todo o auditório mostrando o seu ponto de vista que é na sua opinião o de muitos outros jovens. Referiu-se às competências que os podem diferenciar de tantos e outros e os permitem inserir no



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>	8
<b>Ata n.º 1</b>	<b>Reunião extraordinária de 13.02.2015</b>

mercado de trabalho. Acredita que será certamente o futuro do ensino mais flexível, é uma escola participada e construída de todos e para todos, um processo difícil mas que espera que seja uma realidade. Terminou a sua intervenção recusando-se a aceitar a ideia de que o problema se centra nos alunos e nunca no sistema educativo.-----

---Tomou a palavra o senhor Deputado Fernando Jorge, afirmando que tendo sido Diretor do Agrupamento de Escolas Josefa de Óbidos e de outras escolas lhe permitiu acompanhar a evolução das várias reformas educativas e mencionou igualmente o facto de que o trabalho que foi efetuado, foi possível graças à participação de muitos intervenientes. Esclareceu os presentes que o Conselho Geral não perde competências Salientou ainda que da matriz inicial que o ministério enviou para os municípios, era evidente que a ideia era dar mais competências aos municípios, o que não acontece com a versão atual. O novo director e a escola terão muito mais autonomia e para se conseguir essa maior autonomia foi fundamental o trabalho que foi efetuado pelas várias equipas. Referiu-se de seguida à área financeira, nomeadamente à gestão do orçamento, onde será feita uma melhor adequação das verbas nas diferentes rubricas para dar resposta àquilo que se pretende no projeto educativo. Mencionou ainda na sua intervenção que irá existir uma desconcentração de competências e não uma descentralização das mesmas. -----

---Tomou a palavra o senhor Deputado Hélder Mesquita, Presidente da Junta de Freguesia do Olho Marinho, destacando inicialmente a coragem da Câmara Municipal por querer mudar a nossa educação. Deu conta que o país não pára por haver eleições e que mudanças são uma constante. -----

Dirigiu o seu discurso posteriormente aos professores, que na sua opinião, têm sido nos últimos anos, um alvo a abater pelo governo, salientando a importância que a figura do professor tem na formação da população em geral, sugerindo que este façam propostas para que haja ainda a possibilidade de ter mais vontade de ensinar as crianças. -----

---Tomou a palavra a senhora Deputada Sílvia Correia, iniciando a sua intervenção dizendo que o grupo municipal do PCP considera pertinente apreciar alguns aspetos sobre o processo da municipalização/descentralização da educação e ensino, pois são conhecidas as dificuldades financeiras dos municípios bem como as imposições deste governo às autarquias.-----

Questionou o executivo municipal acerca do financiamento, nomeadamente, se é suficiente o montante a financiar para uma completa gestão escolar previsto neste contrato, tendo em conta que, de ano para ano se têm vindo a realizar sucessivos cortes orçamentais na Educação. Outro aspeto que considerou na sua intervenção prende-se com a invocação da autonomia e da descentralização que, é contrária aos objetivos estratégicos do projeto piloto.-----

Estando definida a universalidade e a democraticidade do ensino, mas passam a existir “escolas a várias velocidades,” num verdadeiro parcelamento territorial do que deveria ser geral, podendo esta situação ocorrer dentro do Concelho, como entre concelhos, designadamente os circundantes, promovendo na sua opinião o princípio da desigualdade.-----

Ressalva ainda que é estabelecido o não aumento da despesa pública global e que a degradação da qualidade da Escola Pública em consequência das medidas governamentais, têm como objetivo a criação de condições para uma mais fácil aceitação da sua municipalização e privatização.-----

---Tomou a palavra a senhora Deputada Anabela Blanc, referindo-se à intervenção do professor Valdemar e por este ter referido que Portugal estava posicionado 28% abaixo da Europa relativamente à descentralização dos poderes, questionou sobre quais os resultados que foram obtidos nesses países e que levaram a que o município optasse por este projeto piloto.-----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		9
<b>Ata n.º 1</b>	<b>Reunião extraordinária de 13.02.2015</b>	

Alertou para o facto de se verificarem dentro do concelho de Óbidos várias assimetrias relativamente aos resultados escolares dependendo das freguesias onde se inserem.-----  
Relativamente ao preâmbulo do contrato, destacou a alínea f), que vem reforçar a responsabilização da Câmara Municipal de Óbidos, e a qualidade no ensino, questionando sobre quais as medidas para melhorar a qualidade no ensino para evitar o insucesso e abandono escolar, e qual o papel que os diretores irão ter.-----

Analisou detalhadamente algumas das cláusulas e alíneas constantes do contrato, a saber:-----

-Cláusula 6ª n.º 2 c) se estão aqui integrados os currículos; d) como é/será feita a articulação destes currículos com a estrutura curricular das outras escolas, tendo esta já sido uma preocupação manifestada por alguns dos participantes nesta assembleia; alínea f) sobre quais são as disciplinas de currículo de base local e se estas são curriculares ou extra curriculares; Cláusula 8ª: onde solicitou ao executivo para concretizar as diferenças com o atual modelo ainda que em linhas gerais; Cláusula 12ª: tendo questionado se existe o documento do plano estratégico e em caso afirmativo onde pode ser consultado; Cláusula 13ª :Se já existe o Conselho Municipal de Educação, quais os membros do Conselho Municipal de Educação e qual a sua atividade e ainda, qual a proposta para a composição do novo Conselho Municipal de Educação; Cláusula 18ª: Colocou algumas questões relacionadas com a contratação de professores, salientando que foi esclarecida que seria apenas para professores para as disciplinas de base local, sendo sua intenção saber quem vai indicar e, quantos membros vai ter o conselho científico-pedagógico e, quem vai ter competência para definir os critérios científico-pedagógicos para a sua contratação; qual vai ser a duração dos contratos, qual vai ser a sua tabela remuneratória, quem vão ser os superiores hierárquicos, quem vai fiscalizar a atividade dos professores e por último, quem vai definir os critérios de renovação ou não, destes contratos, destes professores.-----

Questionou ainda sobre quais as disciplinas que dependem de autorização do Ministério de Educação; Cláusula 20ª: Solicitou que fosse definido o conceito de base local, salientando que tem a ver com a territorialidade, e, que também pode vir a acentuar as assimetrias.-----

Destacou ainda a Cláusula 25ª n.º 5 , questionando acerca dos conceitos e funções do fundo social municipal; Cláusula 30ª e 32ª al) g, que tem a ver com as outras parcelas de funcionamento e, a que parcelas se refere e na Cláusula 32ª al) g relativamente às outras transferências correntes e a que transferências se refere.-----

Referindo-se à Cláusula 35ª al 2) questiona se 20 mil euros são suficientes; e por último e, de acordo com a Cláusula 36ª n.º 2, não sendo definido um montante mínimo de financiamento, o que poderá vir a acontecer, caso se verifique um decréscimo escolar.-----

---Tomou a palavra a senhora Deputada Joana Machado referindo-se à cláusula onze, a qual refere que existe um documento de diagnóstico municipal onde se define o seu conteúdo, dando conta que não lhes foi disponibilizado este documento, parecendo-lhe que se está a começar a construção da casa pelo telhado, pois se não há diagnóstico, não é possível estabelecer a terapêutica-----

Referiu ainda este seria o momento adequado para se avaliar a Carta Educativa do concelho, aprovada por esta assembleia em março de dois mil e seis e, providenciar a sua atualização.-----

Termina a sua intervenção, questionando se, com este novo acordo os docentes irão perder a sua autonomia no que se refere à verba para os jardins-de-infância, que o Ministério transfere todos os anos em duas tranches mediante o preenchimento de uma requisição e respetiva autorização.-----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		10
<b>Ata n.º 1</b>	<b>Reunião extraordinária de 13.02.2015</b>	

---A senhora Deputada Catarina Carvalho tomou a palavra, referindo inicialmente que não conhece a matriz inicial, contudo e de acordo com esta nova versão, as competências atribuídas às escolas ou agrupamento de escolas passam de cinquenta e três para sessenta e nove; as do município ou conselho municipal de educação passam de setenta e quatro para quarenta e oito; as do ministério passam de dezanove para quinze, estando assim reforçadas claramente as competências da escola/agrupamento. Salientou a importância de cada área de atuação e cada domínio de intervenção ter um peso e importância distintos, não podendo contabilizá-los sem ter em conta o que contemplam, havendo na sua opinião, casos em que a escola é minorizada. Terminou a sua intervenção dizendo que competências tais como definição de vagas por ano de escolaridade, emissão de parecer sobre número de vagas, definição de vagas e prioridades no processo de matrículas dos alunos, definição de regras de constituição de turmas, lhe parecem claramente competências da Escola, as quais não vê como é que o Conselho Municipal de Educação possa trazer valor acrescentado.-----

---A senhora Deputada Laura Ferreira prescindiu do uso da palavra por já terem sido esclarecidas as suas dúvidas.-----

---Tomou a palavra a Deputada, professora Ana Margarida Reis, e enquanto professora e coordenadora de um complexo escolar do Agrupamento Josefa de Óbidos, destacou e apelou à participação de todos os agentes educativos, para que se esclareçam as preocupações e dúvidas existentes. -----

Demonstrou ainda a sua preocupação sobre o facto de existirem alunos que saem do ensino do Agrupamento por não haver uma oferta educativa que seja ampla e que assegure a continuidade dos alunos no concelho de Óbidos, terminando a sua intervenção, apelando novamente à reflexão e para que todos possam dar o seu contributo. -----

---Tomou a palavra o senhor Deputado Luís do Coito Ribeiro, presidente da junta de freguesia de Gaeiras, levantando duas questões que se prendem com a descentralização, nomeadamente que vantagens é que vão ter para poder atrair mais famílias a viver no concelho de Óbidos, tendo aproveitado para pedir alguns esclarecimentos acerca do currículo de base local.-----

---Tomou a palavra o senhor Deputado Luís Gonçalves de Oliveira, que reconheceu todo o mérito ao município de Óbidos em avançar neste processo, tendo um papel fundamental e não considerando que este seja um processo secreto, é sim, na sua opinião, um processo amplamente participado.-----

Mencionou ainda o facto que a escola terá mais competências e por conseguinte mais autonomia, ganhando todos de uma forma geral.-----

---O senhor presidente da mesa deu a palavra novamente ao senhor Deputado José Machado, tendo este inicialmente registado o facto que houve uma evolução da ideia da Escola Municipal, mas que é algo mais mitigado.-----

Referiu ainda que é importante clarificar se a comparticipação financeira irá ser por turma ou por aluno, sendo certo que se for por aluno, poderá ser um problema. Mencionou ainda que deveriam ter-se em consideração algumas declarações nomeadamente a do professor Santana Castilho e a do senhor Presidente da Câmara Municipal das Caldas da Rainha Tinta Ferreira em relação a esta temática.-----

Terminou a sua intervenção afirmando que o grupo municipal do PS tenciona apresentar uma proposta, aberta a ajustamentos, para ser debatida e votada numa próxima Assembleia Municipal, sobre a revisão e atualização da Carta Educativa de Óbidos.-----

---O senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, demonstrou o seu orgulho pelo número de participações. Mencionou que haverá uma Assembleia Municipal para deliberar sobre este assunto e que o tempo vai aclarar muitas das dúvidas existentes



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>	11
<b>Ata n.º 1</b>	<b>Reunião extraordinária de 13.02.2015</b>

sendo este um processo complexo. A realidade nesta altura é que todos têm de participar apesar de visões distintas para continuar a melhorar.-----

Afirmou ainda que confia na capacidade de gestão política, técnica na pessoa do senhor Presidente da Câmara, reconhecendo as assimetrias existentes que foram referidas anteriormente.-----

Terminou a sua intervenção, destacando as imensas oportunidades existentes, e que anteriormente o Conselho Municipal de Educação era meramente um órgão consultivo. Saliu que os órgãos locais deverão trazer novos atores extra órgãos da escola, daí ser uma caminhada histórica, pois vai ter-se ferramentas e deverá tirar-se partido destas mensagens práticas.-----

---O senhor Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra procurando responder à maioria das questões apresentadas.-----

Esclareceu que a autarquia não tem o anseio de tornar esta questão, numa questão política, é sim, na sua opinião, uma questão de necessidade de resposta aos alunos que frequentam ou irão frequentar o ensino no município de Óbidos. Afirmou ainda que defende a Escola Pública, e o que se pretende, é mais escola pública, com mais capacidade de resposta aos seus alunos, e a melhor forma é o modelo que está em análise, onde toda a população é convidada a participar nas decisões estratégicas da educação.-----

Referindo-se às questões colocadas pela senhora Deputada Anabela Blanc, esclareceu que esta situação é completamente diferente, e que, a administração central não impõe aos municípios sendo um processo participado, e como tal, esta não se demite por força dessa delegação e, pois pode a qualquer momento, avocar essa competência a si próprio, não podendo ser considerado o princípio da desresponsabilização.-----

Respondendo ao senhor Deputado Rui Raposo, referiu que os mentores do PCP, falavam em desconcentração noutro contexto, num contexto em que não existia Conselho Municipal de Educação, e que havia uma desconcentração do poder nas autarquias em prejuízo da autonomia dos agrupamentos e da própria comunidade.-----

Esclareceu ainda que é possível ter um currículo local em sincronismo com o currículo nacional, não tendo necessariamente de se tratar de novas disciplinas poderão tratar-se de novas abordagens ou metodologias.-----

Respondeu ainda que o Conselho Municipal de Educação é que terá de definir os critérios para a contratação de professores e que acerca do financiamento, este está garantido, não estando dependente do sucesso, apelando à serenidade estando esta discussão no início de um processo.-----

Respondeu ainda que o município já iniciou uma comissão para construção do projecto educativo municipal que posteriormente terá que ser construído pelo CME que venha a ser criado.-----

Terminou a sua intervenção dando conta do facto que anseia por ver uma escola que possa ser um exemplo a nível nacional e internacional, e que vão ter capacidades para responder aos desafios assim que todos os atores sejam mobilizados para o efeito, estando confiante quanto a este processo, e quanto ao reforço de autonomia nas escolas.-----

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal sugeriu que caso assim o entendam, as perguntas dos senhores Deputados poderiam ser enviadas ao executivo municipal para que possam vir a ser esclarecidos na próxima Assembleia Municipal.-----

Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

--- E por nada mais haver a tratar, à uma hora e cinquenta minutos, do dia catorze de Fevereiro do corrente ano, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal desejou um bom carnaval para todos e declarou encerrada a reunião, do que para constar se lavrou a presente ata, que foi aprovada em minuta no final da mesma,



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		12
<b>Ata n.º 1</b>	<b>Reunião extraordinária de 13.02.2015</b>	

deliberado pela maioria dos membros presentes, nos termos do número três, do artigo cinquenta a sete, da Lei número setenta e cinco, barra dois mil e treze de dois de setembro.-----

--- E eu, Ana Sofia Reis Eusébio, que lavrei a presente ata, também vou assinar.-----